

# ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMININA – O CASO DAS BEIJUZEIRAS DA TAPERA

Andréa Santos<sup>1</sup>; Fabiana Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** A participação de mulheres nos grupos de Economia Solidária tem provocado inúmeras pesquisas e reflexões acerca desta realidade. Dados do Sistema Nacional de Informações sobre a Economia Solidária (2010-2012), apontam que 43,6% dos sócios dos EES são mulheres. O presente trabalho tem como principal objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa realizada na Comunidade Quilombola da Tapera Melão, localizada no município de Irará/BA, que registra a existência de um Empreendimento de Economia Solidária, formado por mulheres quilombolas e que ao longo destes 16 anos vem construindo uma história de luta pelo direito de trabalhar de forma associada e baseando-se nos princípios da Economia Solidária. Trata-se de um estudo de caso, que foi realizado a partir da imersão na comunidade, na análise da história da comunidade e do grupo Beijuzeiras da Tapera. Foi realizada também pesquisa bibliográfica acerca dos temas Economia Solidária e a economia dos quilombos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Quilombos; Mulheres; Economia.

## 1 BREVES APONTAMENTOS SOBRE ESPECIFICIDADES DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO E A TAPERA MELÃO, EM IRARÁ- BA.

Nos dias atuais é comum ouvir a expressão quilombo ou remanescente de quilombo. Essas terminações possuem uma conotação que está marcada por diversos contextos e por múltiplas análises.

Oficialmente o termo quilombo surgiu no Brasil na constituição do século XVIII, quando, em 1740, o Conselho Ultramarino valeu-se da seguinte definição de quilombo: “Toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (GOMES, 1996).

Esta caracterização descritiva dos quilombos assentada no binômio fuga/resistência, perpetuou-se como definição clássica do conceito em questão e influenciou uma geração de estudiosos da temática quilombola até meados dos anos 70, como Artur Ramos (1953) e Edson Carneiro (1957). O traço marcadamente comum entre esses autores era o passado, cristalizando sua existência no período em que vigorou a escravidão no Brasil. Além disso, a definição clássica de quilombo, caracteriza-os

---

1Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia - UFBA; portdea@yahoo.com.br

2Licencianda em Educação do Campo; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB; fabi545@yahoo.com.br

exclusivamente como expressão de negação do sistema escravista, aparecendo como espaços de resistência e de isolamento da população negra.

Não se pode contestar a legitimidade dos trabalhos importantes como os de Ramos (1953) e Carneiro (1957), porém eles não abarcam a diversidade das relações entre os escravos e sociedade escravocrata e nem as diferentes formas pelas quais os grupos negros apropriam-se da terra, construindo sua identidade profundamente ligada a esta.

Almeida (1999) ao fazer a crítica do conceito de quilombo estabelecido pelo Conselho Ultramarino, mostra que aquela definição constitui-se basicamente de cinco elementos:

1. A fuga;
2. Uma quantidade mínima de fugidos;
3. O isolamento geográfico em locais de difícil acesso e mais próximos da uma “natureza selvagem”;
4. Moradia habitual, referida no termo “rancho”;
5. Autoconsumo e capacidade de reprodução simbolizados na imagem do pilão.

Nota-se que há no conceito clássico de quilombo uma preocupação exagerada em focar exclusivamente o perfil das fugas dos negros escravos e na posterior organização desses sujeitos.

A afirmação de Matoso (1990) demonstra o quanto os autores foram influenciados pelas ideias clássicas que circundam a noção de quilombo o que levou muitos deles a afirmar que o escravizado via no quilombo a perspectiva de ter uma vida em liberdade, longe das punições e das regras estipuladas pela escravidão. Segundo ela:

Um quilombo é um esconderijo de escravos fugidos. É preciso distingui-lo dos verdadeiros movimentos insurrecionais organizados contra o poder branco. O quilombo quer paz, somente recorre à violência se atacado, se descoberto pela polícia ou pelo exército que tentam destruí-lo, ou se isso for indispensável à sua sobrevivência. Quilombos e mocambos são constantes na paisagem brasileira desde o século XVII. Reação contra o sistema escravista? Retorno à prática de vida africana ao longo da dominação dos senhores? Protesto contra as condições impostas aos escravos, mais do que contra o próprio sistema, espaço livre para celebração religiosa? Os quilombos são tudo isso ao mesmo tempo. (MATTOSO, 1990)

Reforçando o pensamento de tantos outros estudiosos da temática Mattoso reafirma uma perspectiva teórica de quilombos presos ao passado, formados exclusivamente através de fugas ou rebeliões contra o sistema colonial escravista.

Contemporaneamente foram elaboradas novas interpretações sobre a história dos quilombos no Brasil. Os estudos recentes se empenham em entender a complexa rede estabelecida entre os quilombos e os diversos grupos da sociedade com quem os fugitivos mantinham relações.

Essas novas discussões apontam que os quilombolas mantiveram relações com a sociedade ao seu redor, ou seja, a mesma sociedade que os dominou muitas vezes manteve contatos com quilombolas em troca de benefício econômico. Em geral, existiu, paralelamente à formação do aparato de perseguição aos fugitivos, uma rede de informações que ia desde as senzalas até muitos comerciantes locais. Estes últimos tinham grande interesse na manutenção desses grupos porque lucravam com as trocas de produtos agrícolas por produtos que não eram produzidos no interior do quilombo.

Flávio dos Santos Gomes apresenta a ideia de “campo negro”. Essa relação destaca “como os negros viviam uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados que envolveram, em determinadas regiões do Brasil, inúmeros movimentos sociais e práticas econômicas com interesses diversos.” (GOMES, 1996).

Nesses novos estudos, os quilombos não são mais vistos como grupos que surgiram genuinamente através da resistência que os negros estabeleceram no período da abolição. Os estudiosos dessa temática hoje costumam apontar diversas possibilidades para explicar a origem dos quilombos contemporâneos. Dessa forma, costuma apontar as seguintes probabilidades para o surgimento destes grupos sociais: da prestação de serviços guerreiros, em períodos de guerra ou rebeliões; de prestação de serviços religiosos; de desagregação de fazendas de ordens religiosas; da ocupação de fazendas desagregadas devido ao enfraquecimento econômico; da compra e doação ou herança, entre outros. Nesta última, insere-se a Comunidade Quilombola da Tapera Melão conforme visto anteriormente.

Conforme explicita Almeida (2009), para conceituar quilombos, na atualidade, deve-se levar em consideração o critério de auto definição dos agentes sociais, a autonomia do grupo social, o modo de apropriação ou posse e o uso dado aos recursos naturais disponíveis.

Vale ressaltar que estes agrupamentos recebem diferentes nomenclaturas, mesmo dentro do mesmo país: terras de preto, território negro, comunidade de quilombos e comunidades negras rurais. Contudo, todas essas denominações são utilizadas por vários autores para enfatizar a categoria de quilombo como uma “coletividade camponesa”, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) na tentativa de orientar e auxiliar a aplicação do Artigo 68 do ADCT anunciou, em 1994, um balanço em que se define o termo “remanescente de quilombo”:

Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere à resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. (ABA, 1994)

Conforme detalha Santos (2008) em seu importante estudo intitulado “A territorialidade dos Quilombos de Irará-BA: Olaria, Tapera e Crioulo”, realizado no ano de 2008, a Comunidade da Tapera, situada no é composta por 708 moradores, distribuídos em 157 casas. Sua população está agrupada em 195 hectares de terras sendo que cada família utiliza, em média, 7,7 hectares e uma densidade demográfica de aproximadamente 0,5 habitantes por hectare de terra.

Com relação à história dessa comunidade o referido estudo esclarece que “a comunidade da Tapera se inscreve no contexto da formação territorial do município de Irará e do território brasileiro” (SANTOS, 2008, p.151). Assim, a autora esclarece que:

Até o século XIII, as terras do povoado da Tapera estavam anexadas às terras da Igreja Católica, em especial das missões jesuíticas. Com a expulsão dos religiosos, parte destas terras foi anexada aos grandes latifundiários. No início do século XIX, as terras na qual o povoado da Tapera foi erguido, foram ocupadas por um português de nome João Costa Melão. Toda a área foi destinada ao cultivo da cana-de-açúcar e de fumo.

De acordo com os relatos dos moradores e documentos históricos analisados, Costa Melão possuía alguns escravos e, em meio às plantações construiu uma casa para morar e uma senzala para abrigar os escravos. Segundo estas mesmas fontes, as terras e os escravos desta fazenda foram herdados por José Martins de Lima, pois Costa Melão nunca teve filhos, não tendo deixado nenhum herdeiro direto. Sendo afilhado de Costa Melão, José Martins de Lima ficou como herdeiro oficial. Segundo depoimento da senhora Maria Leocádia de Jesus extraído do estudo de Santos (2008)

Zeze Martins não nasceu aqui na Tapera, os pais dele morava pelas bandas do Irará. Ele foi criado pelo dono da Fazenda Melão, Costa Melão não teve fio e pegou Zeze, que era afilhado dele, já com uns oito anos, para criar. Logo botou Zeze pra estudar pra ser padre lá na Bahia. Ele sempre vinha visitar o padrinho, o velho Melão. Quando já estava no último ano do estudo, perto de se ordenar, João Melão marcou de celebrar uma missa na fazenda. Quando Zeze vinha no animá pra cá, passou por uma

moça, que vinha andando pra missa e o coração dele se encantou pela moça. Ele celebrou a missa só com os zóio nela. No outro dia viajou mais não conseguia esquecer a dita moça. Um mês depois, ele abandonou a batina e pediu a moça em casamento. Casou e ficou sendo agregado da fazenda, sabe (...) e os veio morreram cedo, não duraram muito tempo não. Zezé Martins teve três fio: Abílio – o pai de Tiago, Cesário – o pai de Ogeno e uma Pedra que foi embora daqui. Sim, o mais importante, quando o Melão morreu, ele abriu a porteira da senzala e deu terra pra todos os escravos. Sempre que chegava alguém e pedia terra ele dava. É por isso os fio não é rico. Mas graças a Deus (risos) se não fosse assim eu não tinha meu pedaço de terra pra tá morando até hoje.

O depoimento da senhora Maria Leocárida nos mostra que motivado por uma paixão, Zezé Martins, como foi conhecido José de Souza Martins, abandonou o seminário para casar-se com a escrava de João Melão de nome Romana Petronilha de Jesus, enlace este que ocorreu no dia 25 de abril de 1858, conforme livro de casamento da paróquia Nossa Senhora da Purificação dos Campos. Evidentemente, que este fato provocou conflito entre ele e seu pai de criação, visto que tal atitude para os padrões da época era considerada inaceitável e condenada pela sociedade, já que em pleno regime escravagista um homem livre casa-se com uma escrava. Mas há um outro elemento também muito presente como valor nesta época que era a forma como a morte era vista no século XIX. A morte neste período era considerada uma das grandes preocupações entre as pessoas, segundo Santos (2008), esta “poderia representar o momento da ordenação econômica, quando todas as dívidas deveriam ser liquidadas, ou o momento da reparação moral, em que era necessário fazer justiça aos que ficavam, pois, assim estariam redimidos para enfrentar a justiça divina.” Desta forma, acredita-se que a doação das terras do senhor Costa Melão tenha ocorrido nestas circunstâncias, visto que segundo contam os descendentes diretos de Zezé Martins, este havia sido excomungado pelo padrinho em virtude do casamento com a escrava Romana Petronilha.

Com a morte de João Melão, Zezé abriu a senzala, que deixou de ser moradia dos negros, alforriou todos os escravos da fazenda e doou parte das terras para eles. É nesse contexto que surge o nome da comunidade, pois “Tapera” significa casa abandonada em ruínas. Após a demolição da casa dos Costa Melão a comunidade ficou conhecida como Tapera Melão.

É importante registrar, que quase todas as doações foram registradas em cartório e por essa razão não existem conflitos por terras e sim divisões dessas pequenas propriedades de acordo com a linha sucessória dentro das próprias famílias.

A comunidade Quilombola da Tapera Melão situa-se no oeste do município de Irará, a cerca de seis quilômetros da sede.

Conforme assinalado anteriormente a comunidade da Tapera Melão é composta por aproximadamente 708 moradores, distribuídos em 157 casas. A população ocupa uma área de aproximadamente 1.500 hectares de terras, distribuídas proporcionalmente, pois não existem grandes proprietários, uma vez que a comunidade foi formada pela fragmentação de uma grande propriedade a partir das doações feitas por Zezé Martins a escravos e ex-escravos. A agricultura camponesa, portanto, se constitui na base de sustentação de moradores.

Embora com a divisão dos lotes, cada família da Tapera seja considerada dona da propriedade e a produção extraída pertença aquela família, a mão-de-obra empregada em muitas Atividades agrícolas continua sendo coletiva conforme aponta Santos (2008). O que é produzido é comercializado na feira livre do município, realizada aos sábados, no Mercado Municipal localizado no centro da cidade, é também vendido aos comerciantes locais e utilizado no sustento familiar.

O trabalho na comunidade não está apenas direcionado para uma perspectiva mercadológica, mas também para a necessidade do auto sustento e do fortalecimento dos laços sociais entre os moradores, o que se manifesta nos intercâmbios de mão-de-obra, chamadas trocas de dias, para plantações de mandioca, milho, feijão, dentre outros. Há uma clara divisão sexual do trabalho, onde cabe as mulheres a realização de trabalhos mais leves como por exemplo o cuidado com os animais.

Na comunidade da Tapera há uma escola de Ensino Fundamental I, que atualmente atende estudantes de 9 a 15 anos, do 3º ano ao 5º ano e estes ao encerrarem esta etapa na comunidade precisam se deslocar para povoados próximos como Caroba e Fazenda Trindade para lá prosseguirem até o Ensino Fundamental II. Após este período, deslocam-se em média 8km para a zona urbana do município de Iará, para estudarem o Ensino Médio. Esta realidade é extremamente questionada pelos moradores e pelos especialistas em educação pública, que desconsidera as especificidades dos povos do campo, sobretudo, quando estes são quilombolas, um grupo culturalmente diferenciado e possuidor de formas próprias de organização social.

Não há opções de lazer e cultura ou esporte oferecidos para os jovens pelo Poder Público, o que de alguma forma, leva-os a construir as suas próprias estratégias como a realização de jogos em campos de futebol improvisados, as reuniões em volta das árvores e dos bares da comunidade e a organização de um grupo de jovens para a preservação da cultura local como é o caso do grupo cultural “As Pastorinhas”.

Com relação à infraestrutura da comunidade, semelhante ao que ocorre em outras comunidades quilombolas do Brasil, a Tapera Melão registra graves problemas de

abastecimento de água, pois não dispõe de mananciais e só agora está sendo estruturada a rede de abastecimento após longos anos de reivindicação por parte dos moradores. Sobre este assunto trataremos de forma mais específica ao final deste capítulo. Podemos verificar nas atas da associação que este tema desde o ano 2000 é constantemente debatido e fez parte das promessas de um grande número de políticos do município. Só com a ação dos moradores através da associação local foi firmado convênio entre esta e a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, CAR, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional para a construção de cisternas para captação de água de chuva e dessa forma amenizar o problema.

No que se refere à serviços de saúde na comunidade não há nenhum posto de saúde da família e por isso os moradores deslocam-se até a comunidade do Santo Antônio ou até a própria sede do município. Para tanto, fazem uso do transporte escolar ou de carros conhecidos como “carros de linha” que atuam como coletivos dentro da própria zona rural do município e desta para a zona urbana. Há uma completa dependência dos serviços oferecidos na sede de Irará, o que ocasiona uma movimentação constante dos moradores.

## **2 O CONTEXTO DE VIDA DAS MULHERES QUILOMBOLAS DA TAPERA**

O grupo Bejuzeiras da Tapera é formado por 25 mulheres quilombolas que tem entre 25 e 65 anos. Todas as mulheres do grupo tem sua origem na própria comunidade e sempre trabalharam nas atividades da agricultura familiar. Relatam que ainda crianças e adolescentes, começaram a trabalhar, primeiramente com a família “ cuidando ” dos irmãos e nas atividades da roça. Depois com o marido. Na agricultura atuam preparando a terra, colhendo e cuidando dos animais.

Todas as mulheres se autodenominam pretas, assumem-se quilombolas e informam que participaram em 2010 dos debates na associação que culminaram com a solicitação do reconhecimento junto à Fundação Cultural Palmares. Reconhecimento este que ocorreu em dezembro de 2010, quando a FCP emitiu certidão atestando que a Tapera é uma comunidade quilombola.

Quase todas são casadas e muitas tiveram filhos bem cedo. A escolaridade das mulheres é considerada baixa pois apenas 5 mulheres possuem segundo grau completo. Em contrapartida, as sócias do grupo participam de cursos promovidos pelo SEBRAE e CESE com o objetivo de qualificar o trabalho, porém essas ações são ainda muito tímidas não reverberando alterações na forma de produção e comercialização, pois ainda não

contribui para garantir o enquadramento do grupo em todos os princípios da Economia Solidária.

### **3 DO PLANTIO DA MANDIOCA À FABRICAÇÃO E VENDA DOS BEIJUS – “É DAQUI QUE VEM O NOSSO SUSTENTO”**

O grupo Beijuzeiras da Tapera está intimamente ligado à realidade da comunidade da Tapera, seja do ponto de vista das dificuldades e impasses existentes, seja das expectativas e experiências de vida. É significativa a participação das mulheres integrantes do grupo nas atividades da Associação dos Produtores Rurais da Tapera Melão, inclusive elas utilizam o CNPJ da associação. É a associação que garante a documentação já que o grupo não é registrado. Para as beijuzeiras, a legalização é considerada um problema devido aos custos, onerosos do ponto de vista do padrão de vida destas mulheres.

O grupo foi criado no ano 2000 em meio a uma conjuntura de incentivo à organização e à implementação de programas voltados para as mulheres e de políticas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar, conforme vemos no relato abaixo:

O grupo Beijuzeiras da Tapera começou assim: A gente já trabalhava individual, cada pessoa trabalha em sua casa. Ai a gente foi convidada através da EBDA pra participar de uma Feira Nacional da Agricultura Familiar no Rio de Janeiro. Aí a gente se juntou com outros grupos pra trabalhar no coletivo lá, na feira, pessoas que a gente nem conhecia, de outros municípios. Foi eu e Vanessa aqui da comunidade. Aí quando a gente chegou lá a gente achou legal trabalhar no coletivo. A gente viu lá que com pessoas de outro município deu certo, imagine aqui como o pessoal da própria comunidade. Chegou aqui a gente juntou e conversou com todo mundo que trabalhava com beiju na época e começou a discutir isso, da gente trabalhar junto. Aí depois a gente trabalhou na Feira da Mandioca aqui em Irará, junto já. E depois apareceu a proposta do PNAE e aí a gente falou, a gente vai trabalhar junto pra ver se vai dar certo e aí a gente se juntou, começou a trabalhar e está até hoje. (DEPOIMENTO DE MARIA DE FÁTIMA BISPO, 33 anos, em 20/11/2013)

Do que foi possível apreender, a opção das entrevistadas por participar de um Empreendimento Econômico Solidário não se restringe a motivações de ordem econômica. Tão importante quanto melhorar a renda familiar ou ter a possibilidade de obter recursos próprios, participar do grupo significa também estreitar laços de sociabilidade, como amizade. As entrevistadas não se referem a um trabalho qualquer, mas a uma atividade considerada “prazerosa”, pois possibilita o convívio e a união entre elas para enfrentar as dificuldades. Alegam também, a participação no grupo, produzindo os produtos derivados da mandioca, como sendo uma forma de preservar a cultura.

O trabalho coletivo é bem melhor de ser realizado, porque eu trabalhando só é uma coisa, trabalhando mais de uma pessoa é diferente. Tem



peessoas aqui que não trabalhavam. Quando a gente começou, a gente começou só com quem fazia beiju e hoje não. Eu tenho uma colega que quando eu cheguei na casa dela, ela cozinhava lá fora, em cima de uma tábua, como a gente chama aqui um estaleiro e botava duas trempe pra cozinhar. Eu achei aquilo uma coisa absurda, aí eu falei assim, vambora fulana trabalhar com a gente e ela, ah mas eu não sei fazer nada. Aprende. Hoje você vê a melhora de vida né, já tem geladeira. Mesmo sendo pouco, mas aqui é dinheiro certo que você recebe, você pode fazer alguma coisa por você mesma e pela comunidade. Porque igual essa moça que eu citei, ela vivia lá, quando ela veio participar, a vida dela melhorou. Eu acho que ajuda tanto ao grupo quanto a comunidade em si. E hoje a gente tá com 19 pessoas mulheres, a gente começou com 9. Então acho que é uma coisa que ajuda muito a comunidade. Além de ser uma coisa divertida, a gente trabalha junto é muito bom, aumenta a nossa autoestima, a gente tem o nosso dinheirinho, não precisa tá somente dependendo dos homens porque hoje, entre aspas, os homens estão quase piores do que as mulheres e hoje as mulheres estão mais buscando uma melhora de vida, não estão mais no comodismo e estão procurando o melhor pra si. Mesmo porque quem vê a dificuldade da casa é a mulher, os homens nem se tocam pra isso, né. A mulher as vezes que lavar uma roupa e não tem um sabão, a mulher que tá ali as vezes quer ter uma geladeira, quer ter um fogão melhor e os homens não são muito voltados pra isso e essas coisas ajudam muito as mulheres nessa parte. (Depoimento de Maria de Fátima Bispo, 33 anos, em 20/11/2013)

A atividade desenvolvida está diretamente relacionada com a cultura agrícola local – a mandiocultura – e, portanto, a disponibilidade da matéria-prima. Vale ressaltar que na divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, cabe às mulheres a produção de beijos, bolos, bolachinhas, etc., embora elas também participem do plantio e da colheita da mandioca, além da fabricação da farinha.

Além de participar de todas estas etapas, são as próprias beijuzeiras que vendem os produtos aos sábados na feira, participam de feiras em outros locais, exibem seus produtos para serem comercializados para o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Predomina a produção coletiva e a comercialização frequentemente é feita de forma direta com o consumidor e no espaço da feira livre.

São inúmeras as dificuldades enfrentadas pelo grupo do ponto de vista do próprio grupo. Entre as mais frequentes figuram a precariedade da infraestrutura, problemas com o escoamento da produção e acesso a mercados, necessidade de máquinas e instrumentos adequados à produção, dificuldade de acesso a crédito e recursos, e necessidade de capacitação, aprimorando o aprendizado da Economia Solidária.

#### **4 AS INTERAÇÕES ENTRE ECONOMIA SOLIDÁRIA, ECONOMIA FEMININA E COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

A Economia Solidária tem contribuído de forma substancial para quebrar a invisibilidade das mulheres na economia, de um modo geral. De acordo com os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Economia Solidária (2010-2012), 43,6% dos sócios dos EES são mulheres. Esta é uma realidade que mostra uma forte identificação das mulheres com a Economia Solidária. Ao tentar explicar o fenômeno, Nobre (2009) afirma que

A identidade do homem trabalhador está vinculada ao trabalho assalariado formal. Sendo assim sua participação nos grupos pode ser vista como transitória. Ao passo que as representações dominantes sobre a identidade feminina, ligada ao papel de mãe, esposa, dona de casa, as aproximam dos grupos que se reúnem na vizinhança do espaço doméstico, que operam com lógicas e valores mais próximos do seus costumes. Se bem que estas representações estão mudando nas gerações de mulheres, que projetam expectativas de carreira e permanência no trabalho assalariado.

Para as mulheres, as práticas de ES podem ser espaços para exercitarem vivências de igualdade e de autonomia visto que durante muito tempo, estas viveram confinadas no espaço privado da casa, do cuidado com marido, filhos e seu trabalho quase nunca era reconhecido como trabalho produtivo.

Ao buscar conexões entre a Economia solidária praticada por mulheres e a vida nos quilombos sob o ponto de vista sócio- histórico e político encontraremos elementos fortíssimos de confluência que se reproduzem e se perpetuam através de símbolos, práticas e códigos de sociabilidade.

De acordo com Fiabani (2012) as primeiras manifestações sobre a estrutura econômica dos quilombos tiveram como modelo a confederação de Palmares. O autor afirma que a maior parte dos quilombos brasileiros teve a agricultura como base econômica e os produtos mais cultivados parecem ter sido a mandioca e o milho. Um traço marcante da organização quilombola foi o estabelecimento de relações de trocas com a sociedade extra quilombola. O autor acredita que todos os mocambos, como também eram chamados os quilombos, tiveram alguma relação com o mundo externo. Estas trocas podiam ser de produtos quilombolas por bebidas, ferramentas, armas, munição, etc. O fato é que os antigos quilombos já praticavam uma economia que não estava baseada exclusivamente em trocas monetárias, mas na garantia das condições de manutenção da sua estrutura social e política.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atividade de produção dos beijos, bolos e bolachinhas pela mulheres quilombolas da Comunidade Quilombola da Tapera Melão vem contribuindo de forma substancial para a geração de renda a partir de produtos que podem ser considerados

marcas identitárias da comunidade. A resistência destas mulheres em produzir e comercializar seus produtos seguindo os princípios da Economia solidária reforçam os laços entre os quilombolas, ao mesmo tempo que os fortalecem na construção de uma cultura política pautada na cooperação e na autogestão, na medida em que encorajam os moradores a construírem as suas estratégias de sobrevivência e de superação para os problemas históricos que afligem comunidades com estas especificidades.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e novas etnias**. Revista Palmares. Brasília, v. 5, p. 163 – 192, 2000.

\_\_\_\_\_. **Terras de preto, terras de Santos, terras de índio: uso comum e conflito**. In: MARIN, Rosa Azevedo (Org.). Diversidade do campesinato: expressões e categoria. São Paulo: UNESP, 2009, p. 39 – 66.

BRASIL, Constituição (1993). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis (Org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

CRUZ, Antonio. **A construção do conceito de economia solidária no Cone Sul**. NESIC – Núcleo de economia solidária e incubação de cooperativas. 2007. Disponível em: <antares.ucpel.tche.br/nesic/publicações.antonio.php>. Acesso em 27 out.2013.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Outras políticas para outras economias – Contextos e Redes na Construção de Ações do Governo Federal voltadas à Economia Solidária**. 2012. 472f. Tese Doutorado em Sociologia Universidade de Brasília, 2012.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão – o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes ( 1532 – 2004 )**. 2. ed., São Paulo : Expressão Popular, 2012.

FRANÇA FILHO. Genauto Carvalho de; DZIMIRA, Sylvain. **Economia Solidária e Dádiva**. Organizações & Sociedade, Salvador, v. 6, nº 14, janeiro/abril, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Via Sustentável Solidária no Desenvolvimento Local**. Organizações & Sociedade. Salvador, v. 15, nº 45, p. 219 – 232, Abril/Junho, 2008.

\_\_\_\_\_. CUNHA, Eduardo Vivian da. **Incubação de Redes Locais de Economia Solidária: Lições e aprendizados a partir da experiência do Projeto Eco-Luzia e da Metodo-logia da ITES/UFBA**. Organizações & Sociedade. Salvador, v. 16, nº 51, p. 725 – 747, Outubro/Dezembro, 2009.

\_\_\_\_\_. **Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação**. Civitas. Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155 – 174, janeiro/junho, 2007.

\_\_\_\_\_. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular – Traçando Fronteiras Conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, V.12, M. 1, p 9-19, junho 2002.

NEVES, Delma; MEDEIROS, Leonilde ( Orgs ). **Mulheres camponesas** – trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. **Colonização do Sertão da Bahia e Formação dos Quilombos de Irará**. Revista África e Africanidades, ano 2, nº 7, novembro/2009.

\_\_\_\_\_. **Etnicidade e memória entre quilombola em Irará-BA**. 2008. 222f. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia, 2008.

# O LÁPIS E A ENXADA: A CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA E UM SABER PARA UM NOVO PARADIGMA NA AGRICULTURA

**Carlos Schmidt<sup>3</sup>; Gladis Kalil<sup>4</sup>; Cristiane Giaretta<sup>5</sup>; Matias Köhler<sup>6</sup>; Rafael Augusto Braga<sup>7</sup>**

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é analisar uma atividade de extensão do Núcleo de Economia Alternativa (NEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) focando na construção de uma alternativa de exercício do paradigma de produção agroecológica partindo do diagnóstico da situação do Grupo Mulheres da Terra, alvo desta ação extensão, relatando as ações na área produtiva e de comercialização, bem como os processos auto gerenciados resultado da atividade de planejamento realizado pelo coletivo. Além da análise concreta se discute questões teóricas associadas a esta análise.

**PALAVRAS-CHAVE:** agricultura ecológica, gênero, economia solidária.

## 1 INTRODUÇÃO

Existe uma tendência que vem se consolidando a partir dos anos 50 no mundo em geral, e no Brasil em particular, de produção agrícola baseada no uso intensivo de capital, entre os quais adubos químicos e defensivos agrícolas, que tem encontrado oposição de parcelas da população, principalmente dos pequenos agricultores que se organizam como movimentos sociais, particularmente a Via Campesina. Estes movimentos encontram suporte ainda escasso entre os pesquisadores das Ciências Agrárias e Biológicas. Não obstante, várias iniciativas têm sido tomadas no sentido de desenvolver experiências que, entre outras coisas, visam à construção e afirmação de um novo paradigma de produção agrícola.

Este paradigma se baseia na produção agroecológica, onde além de usar insumos que não sejam agressivos a natureza e a saúde humana, busca uma forma de produção onde a autonomia dos produtores e sua cooperação seja desenvolvida (Schmidt. C). No que se refere à distribuição dos produtos, procura-se uma relação direta com os consumidores, através da venda direta em feiras e as compras públicas.

Do ponto de vista da preservação do trabalho dos produtores, procura-se a eliminação dos diversos tipos de intermediação que implicam na apropriação por agentes

---

3 Doutor pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHSS) Paris, professor aposentado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) c.ximitao@gmail.com

4 Mestre em Ciência e Tecnologia Agroindustrial pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)/ Instituto de Investigação da Indústria Alimentícia de Cuba, nutricionista do Núcleo de Economia Alternativa (NEA/UFRGS): kalil.gladis@gmail.com

5 Acadêmica de Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS):krispt@gmail.com

6 Graduado em Ciências Biológicas, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Técnico do Núcleo de Economia Alternativa (NEA/UFRGS).

7 Acadêmico de Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsita CNPQ Núcleo de Economia Alternativa (NEA/UFRGS): agarb.leafar@gmail.com

externos do trabalho dos agricultores, tanto no que se refere ao fornecimento de insumos quanto ao escoamento da produção.

O objetivo geral das nossas intervenções enquanto extensionistas universitários é aparelhar @s agricultores para desenvolver projetos que estão, a priori, definidos politicamente pelos movimentos dos quais el@s participam, definição essa já exposta acima. Assim, este artigo consta da apresentação de um referencial teórico e metodologia do trabalho de extensão, relato de atividades e ações que têm sido desenvolvidas com o grupo no assentamento, uma apresentação de dados exploratórios para diagnóstico da situação atual sobre as condições sócio-econômicas do Grupo Mulheres da Terra, e, na última seção, as considerações finais, onde faremos a síntese dos elementos tratados no artigo e a proposição de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura camponesa agroecológica.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A Economia convencional (Ortodoxa) parte do princípio que os indivíduos se mobilizam para o trabalho exclusivamente pelo seu interesse de maximizar sua situação individual. Já os trabalhos originados nos estudos de Marcel Mauss desenvolvidos por Caillé identificam outras lógicas da ação econômica, como a dádiva, reciprocidade, empatia e altruísmo, que estão na base do comportamento cooperativo e solidário.

As relações sociais presentes no grupo estudado incorporam todos estes elementos. Tanto as pessoas buscam uma melhoria de renda individual (familiar), como trabalham de forma cooperada e tem como referência elementos que escapam do interesse individual descrito pela economia ortodoxa, como trabalhar em harmonia com o meio ambiente e produzir alimentos saudáveis.

A metodologia utilizada para desenvolver nosso estudo aplicou questionários objetivos, de onde se retiram dados quantitativos, e através da nossa prática extensionista buscamos desenvolver elementos que estavam na base do comportamento solidário antes referido.

São pessoas que na sua vivência se envolveram em lutas sociais que dialogavam com os valores de solidariedade e cooperação, aos quais se acrescentou nosso trabalho de extensão. Isto significa que se tratou de uma pesquisa-participante onde os pesquisadores também eram atores do processo.

## **3 CARACTERIZAÇÃO DO COLETIVO**

A caracterização do Assentamento Filhos de Sepé, por Diehl (2011), confere que está inserido no distrito de Águas Claras, que pertence do município de Viamão (Figura 1), na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, e da Microrregião de Porto Alegre. Possui uma área territorial aproximadamente 11.000 hectares. Quanto a história da ocupação deste espaço, até 1954 a área de estudo pertencia à Mario Azevedo que a utilizava para a produção de gado, arroz e para caça, posteriormente adquirida pela família Bopp, foi desmatada para cultivo de feijão milho e pecuária de corte. No ano de 1959, foi comprada por Breno Alcaraz Caldas que visando o aumento da produção, realizou obras de macro-drenagem, que foram acompanhadas pela execução de um canal de 35 km pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). No ano de 1985, é vendida para a empresa Incobras Agrícola S/A, que realizou mais obras de drenagem, irrigação e canalização, incluindo a Barragem Águas Claras. Em 1998 inicia-se pelo processo que caracteriza a área para a reforma agrária. O Assentamento Filhos de Sepé, foi criado em 14 de dezembro de 1998, através da portaria INCRA/SR – 11 Nº 81/98. As famílias assentadas são provenientes de 115 municípios do estado do Rio Grande do Sul e grande parte da região do Alto Uruguai.

As 376 famílias mostram uma grande diversidade de experiências e identificação com o campo, pois, anteriormente eram “agricultores familiares, proprietários, e arrendatários, com vivências nas culturas de fumo, hortaliças e arroz irrigado além da pecuária leiteira” (DIEL, 2011) e outros, desempregados urbanos (vendedores, motoristas de caminhão, frentistas, empregadas domésticas, pedreiros e serventes de obras). Atualmente, cerca de 70% das famílias realiza suas atividades econômicas desenvolvidas na área de estudo por estas famílias são relacionadas em sua maioria com a criação de pequenos rebanhos de gado bovino, ovino e suínos, além de aves, produção de mel, de arroz em áreas inundadas e em nossa especial atenção à produção de frutas e de hortaliças, leguminosas de forma orgânica pelo grupo Mulheres da Terra.

Este coletivo surge a partir de divergências com a antiga cooperativa, e segundo sua própria interpretação acreditavam que existia pouco espaço para a ampla participação, sobretudo das mulheres na referida cooperativa.

Outros fatos em torno da gestão dos recursos hídricos decorreram, pois o assentamento está localizado em uma Área de Proteção Ambiental (APA), e parte de seu território foi constituído como Refúgio de Vida Silvestre cabendo assim conduzir ações

coerentes social e ambientalmente e que potencializam as exigências ambientais sobre o manejo dos recursos naturais.

### 3.1 FAIXA ETÁRIA, SEXO, ESCOLARIDADE

O grupo é constituído por 12 famílias, predominantemente mulheres que se encontram na faixa etária entre 35 a 56 anos (metade entre 35 a 45 anos e metade de 46 a 56 anos). Quanto à escolaridade, 56% do coletivo têm Ensino Fundamental Incompleto, 11% Ensino Médio Incompleto, 22% Ensino Médio Completo e 11% Superior Incompleto. Comparado com os dados de Viamão, a escolaridade dos integrantes do grupo (44% tem ensino fundamental completo) está um pouco abaixo do índice municipal que é 57,55%. A pesquisa foi realizada com 9 famílias.

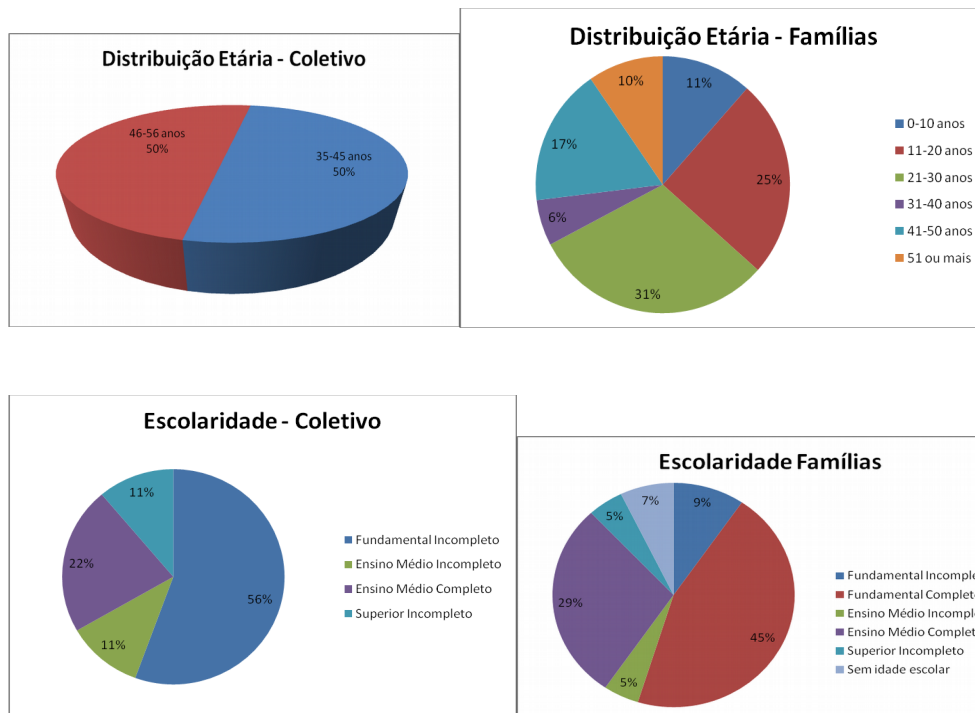
Por sua vez a faixa etária dos membros das famílias, que totalizam 44 pessoas, ou seja, em média 5,5 membros por família, distribuídos da seguinte forma: 11% de 0 a 10 anos; 25% de 11 a 20; 37% de 21 a 40 e 17% com 41 a 50 anos e 10% com 51 ou mais anos.

Os dados que apresentamos representados nos gráficos abaixo mostram que tanto o grupo de mulheres mais diretamente engajadas no projeto, quanto seus respectivos grupos familiares estão em uma faixa etária de plenitude da capacidade produtiva.

Quanto à escolaridade das famílias 9% têm Ensino Fundamental Incompleto, 45% Ensino Fundamental Completo, 5% Ensino Médio Incompleto, 29% Ensino Médio Completo, 5% Ensino Superior Incompleto e 7% não tem idade escolar. Observou-se que a maioria dos integrantes das famílias, em idade escolar, encontra-se nas etapas compatíveis às suas idades.

Os elementos vistos acima mostram de um lado que o potencial produtivo do coletivo, tanto pela idade, quanto pela escolaridade nos dão a perspectiva de desenvolvimento favorável econômico e social. Assume-se que o desenvolvimento da escolaridade proporciona uma melhora da qualidade de vida e também da capacidade produtiva, sendo estes os principais fatores para evolução organizativa do trabalho e da gestão.





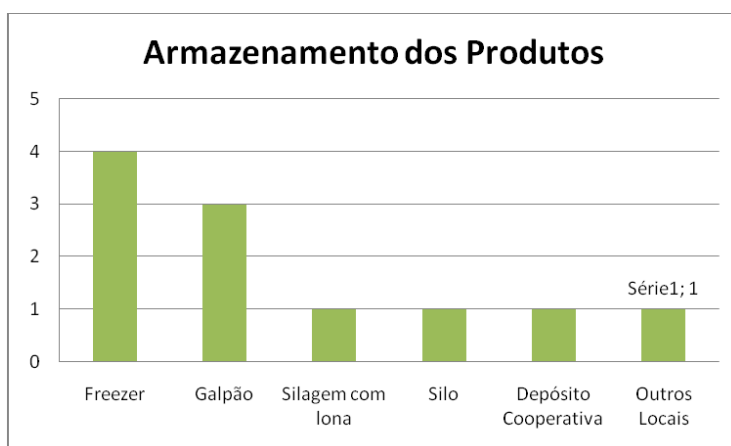
### 3.2 CONDIÇÕES MATERIAIS DE PRODUÇÃO

A maioria das famílias dispõe de uma área de terra de 16 ha, sendo que em alguns casos mais de um familiar obteve a titularidade de lotes. Estes lotes estão divididos entre uma área que é utilizada para plantio de arroz, feito de forma coletiva pelo conjunto do assentamento, e outra parte utilizada para produção hortifrutigranjeira, sendo – em média – 25% da área total utilizada para este fim.

Quanto aos equipamentos disponíveis, a maior carência verificada é a falta de tratores. Em geral, o serviço de tratoragem é contratado externamente, o que incide fortemente sobre os custos de produção. Dos participantes do coletivo, apenas dois tem tratores de pequeno porte. A distribuição de implementos agrícolas é desigual. Podemos listar: arado de tração animal, carroça, cavalo, máquina manual de plantação, carpideira, silo.

No que se refere a equipamentos para produção não diretamente agrícola, é difícil distinguir aqueles que são usados para os consumos das famílias, como por exemplo: fornos, freezers, geladeiras, além de utilitários de menor porte (liquidificadores, batedeiras), com exceção da produção de panifícios como batedeira industrial, forno elétrico etc.

Em relação ao armazenamento dos produtos e insumos, o gráfico abaixo mostra as condições existentes.



Foi observada que a perda é variada conforme o tipo de produção, sendo no feijão e aipim em média 8%, das frutas in natura 15 a 20%, das quais uma parte serve para consumo animal ou produção de doces e não foi possível estimar os custos de armazenamento principalmente o custo de energia, devido a dificuldade e separá-los dos gastos gerais deste item.

Os gastos com alimentação em mercado variam de R\$150,00 à R\$ 700,00 havendo uma exceção de um gasto de R\$ 10,00 provavelmente devido à maior produção para o auto-consumo. A energia elétrica é um posto importante de despesa variando de R\$ 50,00 até R\$ 150,00 mensais. Já a água a variação é de R\$ 40,00 à R\$ 250,00. O telefone por sua vez representa um leque de despesas que vai de R\$ 25,00 à R\$ 250,00. Já a TV a Cabo, internet e assemelhados, apenas dois assentados dispõe deste serviço e os seus gastos são de R\$ 50,00 e R\$100,00. De modo geral pode-se constatar que no item serviços, os gastos gerais são significativos, chegando ao caso mais extremo de um gasto de R\$ 550,00 mensais. No que se refere à educação existe um caso de que em uma das famílias há um estudante universitário em universidade particular, com mensalidade custando R\$ 600,00 e outro onde um membro da família é aluno de pré-vestibular com custo de R\$ 400,00 de transporte e R\$ 450,00 do referido curso. No que se refere à medicação, a maior parte utiliza medicamentos distribuídos pelo SUS, sendo que em um dos casos o gasto mensal é de R\$ 1.411,00 por ser importado. Os gastos com combustível têm múltiplas origens, desde equipamentos como motosserra e roçadeiras, além de frete para escoamento da produção e o uso do automóvel particular em deslocamentos, sendo os primeiros os de maior relevância, oscilando entre R\$ 80,00 e R\$ 1.200,00. Este último caso trata-se de um agricultor que transporta produtos para várias feiras do qual o grupo participa.

A renda do grupo analisado oriunda da atividade rural varia entre R\$ 1.600,00 a R\$ 12.000,00 mensais sendo constituída de uma parte correspondente a lavoura anual de arroz orgânico explorado coletivamente pelo conjunto dos assentados e outras atividades

como criação de animais, panificação, agregação de valor a produtos da terra (geleias e pré-elaboração dos alimentos). No cômputo geral estes produtos e aqueles in natura são comercializados nas feiras descritas abaixo e outras formas de venda como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e resultam em valores bem superiores à cultura anual do arroz.

#### 4 RELATO DE ATIVIDADES E AÇÕES

As ações que têm sido desenvolvidas com o Grupo Mulheres da Terra são as seguintes:

a. Apoio à realização de feiras (2 nos campi da UFRGS e 1 no Centro Administrativo Estadual), compreendendo a obtenção da licença para utilização do espaço, divulgação através de materiais de propaganda (propaganda qualificada através da contextualização do processo produtivo, das relações sociais e da defesa da reforma agrária) e da presença de participantes do NEA dialogando com os usuários da feira. Apoio técnico com orientação da nutricionista e bolsistas da equipe.

b. Diversas ações têm sido desenvolvidas com o Grupo no sentido de aprimorar a produção ecológica de alimentos, priorizando a saúde das famílias envolvidas, do solo que as produz e de todos que se alimentam destes alimentos.

A primeira iniciativa foi a implementação de um Banco de Sementes Crioulas para Adubação Verde. O objetivo era a construção de um espaço de sistematização, socialização e trocas de conhecimento para capacitar e incentivar mulheres agricultoras, em diversas áreas de conhecimento e práticas que levem ao desenvolvimento sustentável e à geração de trabalho e renda com inclusão social.

Para isso, foram realizadas oficinas com atividades práticas e suporte técnico para qualificar os processos produtivos. A didática utilizada nos cursos e oficinas foi a metodologia participativa, baseados em conceitos pedagógicos de educação popular que possibilitaram um processo dialético de integração entre o conhecimento acadêmico e o saber tradicional.

A substituição das sementes crioulas pelas sementes do agronegócio tem causado drásticos processos de erosão genética e uma acelerada deterioração das culturas agrícolas responsáveis pelo uso e conservação da biodiversidade. A liberação para o cultivo dos transgênicos, que a cada dia ganha maior espaço, produzirá contaminações irreversíveis às variedades dos pequenos agricultores.

Ao encontro da necessidade de resgate e potencialização de uma produção de alimentos baseada em princípios agroecológicos apresenta-se a agricultura urbana e periurbana. A produção de alimentos nos espaços urbanos contribui para que as famílias envolvidas fortaleçam seus laços de vida comunitária, condição indispensável para a emergência de estratégias coletivas para fazer frente aos riscos de insegurança alimentar e nutricional. Do ponto de vista econômico, a pequena produção tem contribuído para a renda familiar, através da diminuição dos gastos com alimentação e saúde, das redes de troca e, eventualmente, da transformação e comercialização de excedentes de produção.

A diversidade das sementes selecionadas localmente, adaptadas ao sistema de cultivos, ao ambiente e às preferências culturais, é a matéria-prima para qualquer iniciativa de resgate e de transição agroecológica. A perda deste tipo de produção compromete o equilíbrio dos sistemas. Além disso, ao assegurar a reprodução de suas sementes, os agricultores se livram do uso dos insumos industriais e conseqüentemente fortalecem a sua capacidade econômica. Para o fortalecimento desta produção é de grande relevância a utilização de uma prática agrícola utilizada desde a antiguidade, a adubação verde. Com o objetivo de resgatar e fortalecer este tipo de produção, que será prioritariamente utilizada por aqueles que desenvolvem suas atividades através da agricultura familiar e também para minimizar o comprometimento da produção de alimentos através do agronegócio e conseqüentemente das monoculturas é que se propôs a implementação do Banco.

Na perspectiva de expansão da técnica de adubação verde o banco de sementes criado pelo Grupo Mulheres da Terra está fornecendo sementes para o Grupo Mãos na Terra do Assentamento Nova Santa Rita que é outra área de atuação do NEA, desta forma está fortalecendo a rede de agricultores ecológicos reforçando as práticas de reciprocidade e cooperação, uma vez que o novo grupo assume o desenvolvimento do banco de sementes no seu próprio assentamento.

Além das atividades para a formação do Banco, também foi realizada uma atividade de extensão organizada sistematicamente na forma de Troca de Saberes sobre Botânica Camponesa. Essa atividade foi desenvolvida ao longo de um ano, por meio de encontros periódicos no Assentamento.

O objetivo dos encontros foi fomentar a prática e o (re)conhecimento de saberes associados e intrínsecos ao fazer da agricultura e da vida camponesa, conhecimentos estes que muitas vezes são negligenciados e desvalorizados. No entanto, demonstram o mesmo fundamento e relevância que o conhecimento produzido e chancelado pela academia.

Os encontros propiciaram diversas abordagens. Conhecimentos sobre as plantas relacionados com suas origens evolutivas, classificações sistemáticas e taxonômicas foram abordados por meio do reconhecimento de suas estruturas morfológicas e práticas de herborização e consultas a livros específicos. A vida celular e de microescala, rica em detalhes, foi explorada por meio de microscópios e lupas, permitindo ver estruturas antes não vistas, mas que coincidiram com seus saberes prévios.

Além do saber teórico, diversas práticas que fortalecem os sistemas de produção ecológica foram apreendidos e executados. O biofertilizante, insumo produzido a base de recursos vegetais com ação microbiana, incrementa e complexifica o sistema com nutrientes, prevenindo e diminuindo o ataque e alastre de pragas e doenças. A utilização da casca do arroz carbonizada em hortas, compostagem de resíduos, produção e aplicação de água de vidro – (silicato de sódio) uma mistura de água com cinzas e cal que fortalece as plantas –, são técnicas tradicionais, de baixo custo, que foram trabalhadas e incentivadas nos encontros.

c. Está sendo desenvolvido o estudo da área do assentamento com o uso das geotecnologias, a fim de implantar sistemas de irrigação independentes do uso de energia elétrica para bombeamento da água da barragem principalmente para os lotes das famílias integrantes do Grupo Mulheres da Terra (BRAGA Et al.)

d. A definição do conjunto de atividades que desenvolvemos junto com as agricultoras foi inserida num processo de planejamento onde após um diagnóstico e definição de metas a serem alcançadas as ações foram definidas e dentro delas a nossa participação. Acreditamos que o planejamento participativo, além de seus objetivos operacionais, é o principal espaço de definição democrática do funcionamento do coletivo em questão.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS**

Os dados colhidos junto às famílias dos agricultores mostram a viabilidade econômica e a vantagem social e ambiental da alternativa do paradigma agrícola praticado pelo grupo de agricultores.

Evidentemente, este estudo microeconômico e microsocial aponta, no limite, além da possibilidade de transformação econômica e social para o conjunto da sociedade, mais do que isto, para uma transformação civilizacional. Vemos nesse microcosmo o germe de uma sociedade solidária e libertária negada pela teoria neoliberal.

Os resultados econômicos são muito consistentes: o aumento de renda proporcionado pelas melhorias produtivas e pelas feiras aponta para valores que vão de R\$ 180,00 para R\$ 5.000,00, com valores intermediários de R\$ 600,00 e R\$ 2.000,00 (semanais e por família). Mesmo não havendo uma homogeneidade entre as famílias, acreditamos que a tendência é a redução das diferenças de ingresso (faturamento). Nossa expectativa é que os que são melhor sucedidos na área econômica, tenham um papel inovador à semelhança das elaborações de Schumpeter sobre esta questão. Devemos considerar que as despesas com a aquisição de alimentos são reduzidas na medida em que as famílias produzem para o auto-consumo.

É o papel da Universidade refletir sobre as experiências que desenvolve no seu trabalho de Extensão. Evidentemente, pela natureza do trabalho, aparece o viés dos extensionistas/pesquisadores. Não acreditamos em ciência neutra. Estamos claramente contrapondo com o suporte de uma experiência realizada, uma forma de prática agrícola contraposta ao modelo convencional que se apoia no produtivismo e na mercadoria produtora de dinheiro. A nossa experiência, ao contrário, se apoia na autonomia, na autogestão, na solidariedade, na produção agroecológica e no respeito ao meio ambiente. Na nossa perspectiva, estamos caminhando na contramão da lógica do capital, onde o lucro precede a vida.

Reconhecemos que é uma experiência limitada, mas traz sinais inequívocos para construção no país, no continente e quiçá no mundo de uma transformação profunda das relações de produção e destas com a natureza. Acreditamos estar em consonância com as premissas da humanidade no que se refere, inclusive, a sua sobrevivência física, e, por que não dizer, na sua necessidade de construir uma nova sociabilidade, mais justa e solidária.

Recebemos em nosso trabalho o apoio de algumas entidades do Estado (SENAES, MDA, etc.) infelizmente mitigadas pela pouca importância que as mesmas têm na alocação de recursos do Estado. Portanto, propomos o reforço dos recursos dirigidos às mesmas. A Universidade tem o papel de experimentar, sistematizar estas experiências, mas seria do Estado, em todas as suas esferas, a responsabilidade de sua generalização. Portanto, tanto do ponto de vista econômico, social e ambiental a criação de estruturas que tenham uma perspectiva holística da agricultura é de fundamental importância.

Na dinâmica descrita as relações de produção são igualitárias, ainda que conservando as diferenças individuais abrem espaço para todos se beneficiem das estruturas criadas, se apropriarem dos saberes frutos do sincretismo do conhecimento próprio ancestral e do conhecimento acadêmico, assim como numa relação desalienada

com o fruto de seu trabalho onde as camponesas sabem como se produz, por que se produz, reconhecendo na sua atividade a finalidade de produzir alimentos para a vida no sentido amplo, isto é, preservando a sua saúde e dos destinatários de seu trabalho e da terra que é o suporte físico e simbólico da sua produção.

Certamente o trabalho que realizamos não esgota o conjunto de possibilidades do grupo apoiado. Vamos listar algumas das possíveis possibilidades de aprofundamento e extensão das atividades que estamos realizando:

1. Organização de atividades de “turismo rural”, aliás, sugestão dos próprios assentados. Este trabalho tem o objetivo de divulgar a reforma agrária, agricultura ecológica e o trabalho cooperado que faz parte do projeto político do MST ao qual o grupo pertence.

2. Avanço no processo de comercialização incluindo entidades públicas (escolas, hospitais e universidades), bem como um sistema de cestas com os produtos agroecológicos para consumidores, com contatos privilegiados com os trabalhadores.

3. Agregação de valor aos produtos através de pré-processamento, e condicionado à financiamento, a produção de alimento orgânico para crianças de pequena idade.

4. Prosseguimento do estudo dos recursos hídricos do assentamento com o emprego de geotecnologias (sobrevoo com drone) para avaliar a topografia do local e assim, manter a disponibilidade de água nos meses em que as chuvas são mais escassas.

5. Buscar a homogeneização da geração de renda entre os participantes do grupo, através o aumento das menores rendas, onde a pesquisa revelou uma disparidade acentuada.

## REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Jalcione. A Agroecologia: entre o Movimento Social e a Domesticação pelo Estado. Porto Alegre. **Ensaio FEE**, vol.24, nº2, 2003.

BAVARESCO, P. A. Uma Análise das Condições das Famílias do Assentamento Anoni (Fase IV) no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura Familiar, Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: UPF Editora, 2001.

BRAGA, Rafael A.; PEIXOTO, Jerusa S.; MATTOS, Renan, VIEL, Jorge; FARINA, Flávia **O uso de geoprocessamento no manejo da água**: Caso do Assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: A Situação da Mulher na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 12, nº1, p. 205-227, jan. – abr./2004.

CAILLÉ, Allain. **Critique de la Raison Utilitaire**: manifeste du Mauss. Paris: la Découverte, 2003.

- \_\_\_\_\_. **Théorie anti-utilitariste de l'action**: fragments d'une sociologie générale. Paris: La Découverte, 2009.
- CARVALHO, H.M. **O Campesinato no Século XXI**: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.
- DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da Mulher**. Direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre; UFRGS, 2002.
- DIEL, R. **Gestão racional de recursos naturais de uso comum**: recursos hídricos em produção de arroz irrigado no assentamento Filhos de Sepé – Viamão/RS. 2011. 84 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Departamento de Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- FETRAF. **Sustentação da Renda Agrícola na Agricultura Familiar**. 2006. Disponível em: [www.fetrafsul.org.br](http://www.fetrafsul.org.br). Acesso em 08 de dezembro de 2015.
- GÖRGEN, S. A. **Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- JOVCHELOVICH, S. **Os Contextos do Saber**: Representações Comunidade e Cultura. Petrópolis, Vozes, 2007.
- MARIATEGUI, J. C. **Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana**. São Paulo: Clacso, 2008.
- MAUSS, Marcel. **Sociologie e Anthropologie**. Paris: PUF, 2008.
- PALUDO, Conceição (org.). **Mulheres, resistência e luta em defesa da vida**. Passo Fundo: CEB, 2009.
- PINHEIRO, Sebastião. **A Máfia dos Alimentos no Brasil**. Porto Alegre: Juquira Candiru, 2005.
- SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil, entre a troca e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamont, 2009.
- SAMARY, Catherine. De L'emancipation de Chacun à L'intérêt de Tout, e Réciproquement. In: **Contretemps**, nº 5. Paris: Textuel, 2002.



# JUVENTUDE RURAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: IMPLICAÇÕES ACERCA DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO CAMPO E NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Eduardo Martins Ferraz<sup>8</sup>; Renata Siviero Martins<sup>9</sup>

**RESUMO:** Apresentamos neste trabalho uma revisão bibliográfica, desenvolvida com a intenção de fomentar a temática da juventude rural como objeto de pesquisa. Frente análise da bibliografia utilizada, apontamos como principal implicação para uma juventude no campo, a conscientização e participação social e política. Para construção da reflexão que propomos neste trabalho, é necessário que voltemos os olhares para as diferentes formas de participação da juventude rural. Sugerimos os empreendimentos da economia popular solidária como aportes de efetiva participação política através da prática do trabalho autogestionário. Apontamos a importância de iniciativas em projetos de economia popular solidária como maneira de prática de cidadania. Acreditamos que a juventude rural, como objeto de estudos possa configurar um vasto lócus empírico. E que investigar as implicações e formas de participação política desta juventude na Economia Popular Solidária, pode revelar diferentes concepções do conceito de trabalho. Apontamos ao longo do texto alguns relevantes aportes para inclusão da temática aos meios acadêmicos.

**PALAVRAS CHAVE:** Juventude Rural. Economia Popular Solidária. Autogestão.

## 1 INTRODUÇÃO

Os diferentes contextos que envolvem a juventude rural, e a configuração dos jovens como agente políticos e participativos sugerem reflexões para tratarmos do tema com a devida atenção. É o que propomos fazer neste trabalho, através de contribuições teóricas e reflexões sobre as práticas de outros estudos empíricos já realizados e descritos na literatura científica. O objetivo é adensar o entendimento da juventude rural em espaços como os empreendimentos solidários, que sugerem lugares de relações humanizadas de trabalho e educação. E que nos quais a autogestão configura-se como maneira democrática de entendimento das relações do jovem do campo com o(s) mundo(s) do trabalho.

Sugerimos para entendimento do texto que a juventude seja vista como uma condição. Pois segundo Dayrell, o entendimento de juventude na perspectiva condicional, possibilita uma leitura desta fase do desenvolvimento humano em seus aspectos simbólicos, históricos e políticos. E ainda favorecem a compreensão dos modos de como a sociedade lida com essa fase da vida.

---

<sup>8</sup> Licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais; Mestrando em Educação pela mesma Instituição. [eduardouemg@gmail.com](mailto:eduardouemg@gmail.com)

<sup>9</sup> Bacharel em Administração pela Universidade Católica de Minas Gerais; Mestranda em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais. [renatasivieromartins@gmail.com](mailto:renatasivieromartins@gmail.com)

Acreditamos que a análise proposta neste trabalho possa contribuir para pensarmos a condição juvenil no meio rural, suas formas de participação política e as implicações na Economia Popular e Solidária. Com essa finalidade, para não fugir do escopo de um artigo, faz-se necessário pontuar que a definição de juventude rural além de uma categoria que representa identidades sociais no campo. Em sua maioria composta por pobres, que em seus aspectos sociais, sobretudo nas relações com o trabalho e educação, sugerem um lócus fértil para o desenvolvimento de pesquisas empíricas.

Portanto, apontamos neste trabalho uma revisão bibliográfica, desenvolvida com a intenção de fomentar a temática da juventude rural como objeto de pesquisa. Além de apontar como principal implicação para uma juventude no campo, a participação social e política nos empreendimentos da economia popular solidária, através da prática do trabalho autogestionário.

Acreditamos que a construção do conceito de autogestão nos empreendimentos solidários possa constituir diferentes concepções de trabalho entre os jovens. Sobretudo nos significados elaborados a partir das relações com os saberes populares. Esperamos que a partir do desenvolvimento das concepções de trabalho, e autogestão a juventude rural possa ser entendida como protagonista de ações que favoreçam sua permanência no campo.

Vale ressaltar que o presente trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/CBH–UEMG), sob orientação do Prof. Dr. José Peixoto Filho. A referida pesquisa tem por objetivo investigar e descrever a concepção de trabalho desenvolvida por jovens do campo através da participação social na perspectiva da Economia Popular e Solidária.

## **2 PARA ALÉM DA CATEGORIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO: UM BREVE HISTÓRICO DA CONDIÇÃO DE JUVENTUDE.**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estipula como população jovem brasileira todos os indivíduos com idade entre os 15 (quinze) e 24 (vinte e quatro) anos. Os estudos<sup>10</sup> desenvolvidos por este instituto têm o objetivo de contribuir para compreensão da evolução sociodemográfica da população jovem brasileira. E

---

10 População jovem no Brasil / IBGE. Departamento de População e Gerenciamentos Sociais – Rio de Janeiro; IBGE; 1999. 55p.

apontam a partir deste recorte etário, algumas pontos relevantes, como: situação educacional, fecundidade e nupcialidade. Além de sugerir que, neste segmento da população, configura a maior necessidade de implementação de políticas governamentais, comunitárias e empresariais. Ressalta-se que é nesta faixa etária que esta compreendida a população que mais pressiona a economia para criação de novos postos de emprego.

Diante disso, um caminho analítico para compreensão das diferentes formas de juventudes e seus aspectos de participação política, foi pontuar marcas na história da democracia brasileira. Para tanto, pontuaremos alguns episódios marcantes da história, lembrados e comentados por qualquer neófito no assunto. Para iniciar nossa construção, tomemos de base o combate ativo na luta contra a ditadura militar, além do adensamento na participação das manifestações em prol das eleições diretas. Toda história do Movimento Estudantil que resiste às agruras do tempo, e carrega cicatrizes irreparáveis dos “anos de chumbo” da história brasileira. E, contudo, ainda é palco da participação política de milhares de jovens pelo mundo a fora.

Em um histórico mais recente de participação da juventude brasileira, podemos pontuar: a figura dos ‘Caras Pintadas’ durante o ‘Fora Collor’; toda mobilização nas edições do Fórum Social Mundial; as manifestações contra o aumento das passagens de ônibus em 2013 nas ‘Manifestações de Julho’; a ‘Jornada mundial da Juventude’ durante a visita do Papa Francisco ao Brasil.

Contudo, após termos pontuado uma pequena parcela do histórico de lutas da população jovem brasileira deparamo-nos com a atual condição juvenil, sobretudo no meio rural, que ocupa o indevido ‘estado de coisas’ (Weisheimer, 2004). Este fato está relacionado com problemas decorrentes dos problemas decorrentes da migração do campo para cidade. Diante disso, uma das formas de propor visibilidade e reconhecimento político deste segmento da população é apresentar a juventude rural como um objeto de pesquisas ainda pouco explorado. E que como em outros setores da sociedade, também demandam por políticas públicas.

(...) o atual estado das coisas, implica negação do direito básico de ter tratamento e oportunidades iguais, ou seja, representa a negação da cidadania para juventude do meio rural. Esse segmento, sob muitos aspectos, não acessa nem usufrui do conjunto de direitos básicos que estruturam a condição de cidadão (WEISHEIMER, 2004) (...).

Segundo Nilson Weisheimer, a situação de invisibilidade social atribuída à categoria da juventude rural configura uma das expressões mais cruéis de exclusão

social. Este autor afirma que enquanto os jovens do meio rural permanecerem invisíveis à academia e ao sistema político, dificilmente entrarão na agenda governamental, permanecendo como “estado das coisas”. O aparente desinteresse da juventude do campo pelas questões agrárias, ganha consistência quando assumem o lugar de protagonistas do maior contingente migratório, conforme dados do IBGE, (WEISHEIMER, 2004).

Todavia, para construção da reflexão que propomos neste trabalho, é necessário que voltemos os olhares para as diferentes formas de participação da juventude rural. Que também configuram importantes fatos na consolidação do direito ao uso da terra, através de enfrentamentos contra o latifúndio, pela reforma agrária. Ressalta-se aqui, toda relevância da Juventude do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente sabe-se de efetivas frentes de participação política da Juventude Rural nas pautas e reivindicações de entidades de trabalhadores como: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF) e organicamente no MST.

### **3 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA**

Entender o surgimento do que se convencionou chamar de economia solidária ou economia popular solidária, delongaria o texto para um formato além do proposto. Contudo, é mister continuar a presente reflexão em uma contextualização histórica. Conforme aponta Singer (2002), o britânico Robert Owen apresentou ao governo do seu país, em 1817, a possibilidade de ofertar trabalho aos pobres, organizando-os em Aldeias Cooperativas. Essa ação propiciaria a reformulação da distribuição de fundos de sustento que, deixariam de ser meramente distribuídos, para ser invertidos na compra de terras para construção das aldeias, onde produziriam sua própria subsistência.

Diante disso, e de modo resumido, demonstramos a saída encontrada na Europa para sanar a crise estabelecida a partir da Primeira Revolução Industrial, marcada principalmente pela superexploração do proletariado. E é neste contexto de surgimento do capitalismo industrial que também nasce a economia solidária, SINGER(2002).

No Brasil o surgimento dos empreendimentos solidários foi precedido pela criação das cooperativas de consumo, nas cidades, e das cooperativas agrícolas no campo. Grande parte dessas últimas, ganharam expressividade econômica e passaram a ser grandes empreendimentos do agronegócio. Contudo, nenhum desses

empreendimentos foi ou é autogestionário, eram empresas com funcionários assalariados e não podem ser consideradas parte da Economia Popular Solidária, SINGER (2002).

Ainda conforme Singer (2002), durante as décadas perdidas de 1980 e 1990 aconteceu a desindustrialização do país e a conseqüente perda de milhares de postos de trabalho. Este momento de crise do emprego fez com que os movimentos sociais pudessem contribuir na organização dos trabalhadores para implantação dos PACS (projetos alternativos comunitários), para criação de cooperativas e na implantação do trabalho autogestionário.

No final da década de 1980, com as ações do movimento dos Trabalhadores Sem Terra que ao assentarem milhares de famílias decidem desenvolver a agricultura na forma de cooperativas autogestionárias. Para isso, implantam o Sistema Cooperativista de Assentados (SCA), que significou ampliação e diversificação dos empreendimentos. Outra saída para o desemprego da época, foi a ocupação de empresas falidas ou em vias de falência. Nas quais os empregados assumiam a direção das empresas, preservavam seus postos de trabalho com ajuda dos movimentos sociais e os princípios autogestionários, SINGER, (2002). E por essência, estes espaços de trabalho passavam a configurar ambientes de produção e troca de saberes e participação política.

Na atualidade, a composição dos empreendimentos de economia solidária no Brasil continua caracterizado pela presença da população pobre.

o público alvo dos programas é composto pelo extrato populacional mais frágil sob todos os pontos de vista: são os deserdados do capital, do conhecimento e do poder. São pessoas que precisam resolver o problema de sua alimentação no dia seguinte, sempre. Mas ainda não é só: sua cultura é a cultura da subordinação, do clientelismo, do assalariamento, da desproteção, do individualismo. não é a cultura da coletividade, da solidariedade (Cruz, 2002, p. 11, citado por Nardi et al, 2006).

Segundo Nardi et al (2006), a implantação dos projetos de economia solidária esbarram em questões de vulnerabilidade social e acabam por dificultar a participação política nos empreendimentos. Pois, não é simples romper com as práticas de alienação em que se produz ou reproduz o cotidiano dos programas de economia popular e solidária. Nos quais muito dos trabalhadores enxergam os empreendimentos como projetos e não como expressão da realidade posta. Neste contexto, os empreendimentos solidários aparecem como responsáveis por dar conta da falência da oferta de empregos. E acabam por assumir não só o lugar de alternativa de trabalho, mas sim como única alternativa de emprego.

Contudo, a organização de trabalhadores para o desenvolvimento de empreendimentos solidários nas áreas rurais já configuram um aporte de grande relevância para o desenvolvimento local e participação política. Conforme Nardi et al (2006), a dimensão social dos empreendimentos deve estar articulada à econômica e política para caracterização da Economia Solidária. Pois, os indivíduos deixam de ser reconhecidos unicamente como coadjuvantes da economia e adquirem o lugar de membros de famílias e de comunidades em pé de igualdade na esfera política.

Pensar as formas de participação social e política da juventude rural é pensar na preservação dos espaços rurais, que nas palavras de Santos (2000, p.96), configuram “(...) o chão da população, isto é sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi”. Portanto, a participação da juventude rural em empreendimentos solidários implica no estabelecimento de vínculos, no desenvolvimento de atividades capazes de atribuir aos jovens ações de desenvolvimento local através do trabalho e da autogestão.

Contudo, vale acrescentar à reflexão que a constituição dos empreendimentos solidários não dependem unicamente das formas de organização e participação dos trabalhadores que os compõem. Os programas de economia solidária também são marcados pela fragilidade. São na grande maioria, constituídos por pessoas pobres, sem grandes perspectivas ou aspirações. Acostumadas às relações de exploração do assalariamento, distantes da cultura da solidariedade e da coletividade. Sobretudo pelo tencionamento entre os mundos do trabalho formal e a perspectiva do trabalho autogestionário, que apontam para uma saída da crise estrutural do emprego.

Ressaltamos que a intenção não é atribuir à economia solidária a responsabilidade de salvação da humanidade. Mas de apontar a importância de iniciativas populares, acessíveis aos diversos mundos do trabalho. Muitas dessas ações são passíveis de implantação, sobretudo a partir órgãos de fomento e através de iniciativas do poder público. Por meio de Organizações não Governamentais (ONGs) e mediante a organização dos trabalhadores rurais. Visto que existem recursos públicos destinados à implantação e gestão destes empreendimentos.

Contudo, essas ações podem representar riscos ao regime democrático de gestão dos projetos de economia solidária. A dicotomia existente entre o ideal de cooperação e a lógica de mercado, configura uma relação tencionada entre o trabalho autogestionário e o individualismo. De um lado a forma igualitária nos rendimentos, do outro a postura de competição e lucratividade. E em meio a essa relação de tensão,

podem surgir concepções de trabalho próprias da juventude rural marcados por lógicas de participação e organização. E que certamente configurariam aportes relevantes ao desenvolvimento local e à permanência da juventude no campo, sobretudo pela proposta de desenvolvimento local.

Diante das consequências que o esvaziamento do campo, através do movimento migratório pode trazer para a sociedade, além do aumento da população nas periferias das grandes cidades, o aumento das taxas de desemprego e marginalidade. Cabe destacar aqui, um problema que permanece nos meios rurais e circunda as famílias dos jovens que “vão embora do campo”, a sucessão familiar e seus desdobramentos na hereditariedade dos produtores rurais. Este é um dilema que atormenta o pequeno produtor rural, sobretudo os trabalhadores da agricultura familiar, e estão diretamente relacionados ao aumento do contingente migratório da juventude rural, Abramovay (1998) e Castro (2005).

Cabe ressaltar, que a intenção aqui não é depositar no fim da migração do jovem rural, toda responsabilidade de mudança na configuração da condição deste estágio da vida. Mas convidar a uma reflexão acerca do mundo do trabalho associado que se apresenta na organização dos trabalhadores da economia solidária.

Frente a uma nova perspectiva de organização econômica, PEIXOTO FILHO (2004) nos convoca a retomarmos as reflexões sobre a associação de trabalhadores como campo de luta. Pois essas associações apontam possibilidades de um novo direcionamento e novos modos de produção da vida. E que se estruturam com pilares pautados na solidariedade, ideias de reciprocidade e no desenvolvimento sustentável.

#### **4 CONSIDERAÇÕES**

Acreditamos que a juventude rural, como objeto de estudos possa configurar um vasto lócus empírico. E que investigar as implicações e formas de participação política desta juventude na Economia Popular Solidária, pode revelar concepções do conceito de trabalho. Portanto, estes pontos já configurariam relevantes aportes para inclusão da temática aos meios acadêmicos. Pois entender a condição de juventude para além de uma fase do desenvolvimento humano, contribuiria para definitiva entrada deste segmento da população na agenda governamental, e conseqüente fim da atual invisibilidade social.

Segundo Castro (2008), a discussão que hoje se faz acerca da participação social e política dos jovens toma importância fundamental na pesquisa científica, quando

parecem existir indicações de que os jovens não se interessam pela política. Certamente que para refletir acerca das formas de participação social da juventude rural, talvez seja necessário um exercício de imersão neste campo empírico para além deste levantamento bibliográfico. Contudo, é necessário que esses jovens se apropriem da essência do trabalho solidário. Que além de sobrevivência pode trazer harmonia nas relações e respeito à vida.

Diferentemente, a hegemonia do sistema capitalista tem demonstrado ao longo da história que se nutre da exploração de trabalhadores e que sua finalidade precípua é o lucro. E que os trabalhadores, ao tomarem consciência do real caráter do sistema capitalista, devam se organizar e lutar contra o mesmo, FRIGOTTO (2004). Pois, o objetivo dos trabalhadores, sob as demais formas de organização de governo ou economia (socialismo utópico, anarquismo ou socialismo científico), é romper com os grilhões da exploração capitalista. E associados de forma livre, produzir bens e serviços que satisfaçam as múltiplas necessidades de seres da natureza, seres sociais e culturais.

Para Frigotto (2004), a ideologia de uma igualdade a-histórica da natureza humana e, por consequência, de uma liberdade abstrata, dão às novas relações entre capital e trabalho, entre capitalista e trabalhador a base para a legalização da exploração. Diante disso, acreditamos que a participação da juventude na organização de um empreendimento solidário, contribua na construção e concepção de trabalho pautada nas relações com a autogestão.

De acordo com Gaiger (2004), a implantação de empreendimentos solidários consiste na assimilação de oito princípios: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Os aspectos humanos que acompanham estes princípios dialogam entre as diferentes formas de participação política e já denotam aportes para fortalecimento da condição de juventude rural.

E acredita-se que estes estudos apontem para o estreitamento das relações entre participação social e política, juventude rural e democracia. Contribua para o aumento do número de pesquisas acerca da juventude rural. Possibilitando o reconhecimento da juventude em seu local de desenvolvimento, seja nos grandes centros urbanos, ou na roça.

Espera-se com este trabalho realçar a necessidade de pensar em mecanismos que promovam a emancipação da condição de juventude rural, sem que este deixe o campo. E apontamos como grande desafio e implicação, promover no jovem rural, o reconhecimento de cidadania. A possibilidade de assumir-se integrante da *polis* ou da



nação. E que através da participação política, da luta pela educação e pelo trabalho, ocupar o lugar devido na agenda governamental, e sair definitivamente do estado de coisas, através do reconhecimento como cidadãos de direito.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. (et al.). **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios – Brasília: Unesco, 1998.

Castro, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: UFRJ/PP

CASTRO, Lúcia Rabello de,. Participação política e juventude: do mal – estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**. Vol. 16. Nº 30

FRIGOTTO, G. Prefácio. In PICANÇO, I; TIRIBA, L. **Trabalho e educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004. p. 9 – 17.

LIMA, Licínio C. Cidadania e Educação: Adaptação ao mercado competitivo ou participação na democratização da democracia? **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 23, 2005, 71 – 90.

Nardi, H. C., Yates, D. B, Fernandes, J.M. & Carpenedo, M. (2006). Subjetividade e Solidariedade: A diversidade das formas de implicação dos Jovens na Economia Solidária. In: **Psicologia** : Reflexão e Crítica, 19 (2), 320 - 328.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. **Puxando o fio da meada**: educação popular e produção associada. Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004. p. 33 – 53.

PETERSEN, F., Souza, T. G., & Lopes, A. A. (2014). Relações entre autogestão e cidadania: O papel da participação em uma cooperativa na construção da identidade de cidadão. **Psicologia & Sociedade**, 26 (2), 483 – 495.

PICANÇO, I; TIRIBA, L. **O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”**. Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2004. p. 19 – 32.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 96.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76 p.; 21 x 28 cm. – (Estudos NEAD; 7).